

Universidade Federal de Sergipe

Centro de Educação e Ciências Humanas

Departamento de História

ALERRANDRO SAIMON PASSOS DE SANTANA

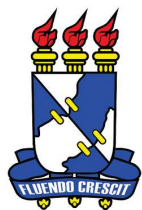
FEMINISMO NEGRO E O LOCAL DE FALA NO BRASIL

ORIENTADOR: Petrônio José Domingues

Trabalho de Conclusão de Curso

São Cristóvão/SE

2024



Universidade Federal de Sergipe

Centro de Educação e Ciências Humanas

Departamento de História

ALERRANDRO SAIMON PASSOS DE SANTANA

FEMINISMO NEGRO E O LOCAL DE FALA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Petrônio José Domingues

Trabalho de Conclusão de Curso

São Cristóvão/SE

2024

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Josileide Oliveira dos Passos, minha mãe, por nunca medir esforços para buscar me proporcionar um ensino de qualidade durante toda minha vida, não somente isso, mas por conseguir passar por cima de diversas adversidades e me criar, sendo, na maior parte da minha vida, uma mãe divorciada e que, sem medir esforços, fez de tudo ao seu modo e o que foi possível para me proporcionar todas as condições para estar aqui hoje.

Em segundo lugar, agradeço a Petrônio José Domingues, o meu orientador, que analisou o meu trabalho com seriedade, educação, paciência e que sempre esteve disponível a compartilhar seu conhecimento, de modo que foi possível vislumbrar melhorias consideráveis a obra para o progresso iminente.

Por fim, também gostaria de lembrar da minha outra mãe, Regina Ferreira Santos, e da minha namorada (futura esposa), Amanda Kathlen dos Santos de Andrade, por todo apoio e pela ajuda, que tanto contribuíram para minha jornada e para meu crescimento como pessoa, fazendo-me trilhar essa jornada com mais certeza e perseverança, rumo a alegrias maiores em um futuro próximo.

FEMINISMO NEGRO E O LOCAL DE FALA NO BRASIL

BLACK FEMINISM AND THE PLACE OF SPEECH IN BRAZIL

ALERRANDRO SAIMON PASSOS DE SANTANA¹

O presente artigo tem como objetivo abordar a conjuntura social do Brasil ao tratar do aspecto do feminismo negro por meio da análise da obra *O Que É Lugar de Fala?* (2017), da filósofa Djamila Ribeiro. O trabalho em questão, além de destrinchar a obra da autora, busca entrelaçá-la com a luta do feminismo, sobretudo com as pautas de pessoas negras, e entender como parâmetros do colonialismo influenciaram a imagem da mulher negra e a estrutura social vigente no país. Dessa forma, o presente artigo analisa a pirâmide social do país, a legitimidade de discurso e qual aspecto de interseccionalidade o país apresenta. Para isso, são feitas as seguintes perguntas norteadoras: “Qual é o local de fala de cada grupo na pirâmide social abordada por Djamila Ribeiro?”; “Qual é a diferença de local de fala e representatividade?”; e “Como a estrutura colonial moldou uma estrutura social no Brasil?”. Nesse contexto, o método utilizado é dedutivo, de conexão descendente, iniciando a abordagem pela teoria e pela norma rumo à sua concreção perante a ocorrência das hipóteses de aplicabilidade (MARCONI; LAKATOS, 2017). No que se refere ao nível de profundidade, esta pesquisa tem natureza exploratória, visto que analisa as questões abordadas acima acerca do feminismo negro no Brasil à luz da filósofa Djamila Ribeiro, por meio do estudo da extensão e das obras da autora, culminando na análise histórica do país. Os procedimentos técnicos são feitos por meios bibliográficos e documentais. A abordagem desta pesquisa tem natureza qualitativa, porque há uma análise social, principalmente comportamental, utilizando obras conceituais. Por fim, o cerne metodológico deste trabalho se refere a uma análise histórica e antropológica da interseccionalidade de gênero.

Palavras-chave: Feminismo negro; Gênero; Pirâmide social; Brasil.

¹ Discente do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: saimon.6@hotmail.com

ABSTRACT

This article aims to address the social situation in Brazil, dealing with the aspect of black feminism, with the main analysis of the work: "What is place of Speech?" (2017) by philosopher Djamila Ribeiro. Therefore, the work in question, in addition to unraveling the author's work, seeks to intertwine the struggle of feminism, especially with the agendas of black people, and to understand how parameters of colonialism influenced the image of black women and the social structure in force in the country. Therefore, this article seeks to analyze the country's social pyramid, the legitimacy of discourse and what aspect of intersectionality the country has. The following guiding questions are asked: "What is the place of speech of each group in the social pyramid addressed by Djamila Ribeiro?"; "What is the difference between place of speech and representativity?"; "How did the colonial structure shape a social structure in Brazil?". In the meantime, the method used is deductive, with a descending connection, in order to start the approach from theory and the norm towards its concretion in view of the occurrence of the hypotheses of applicability (MARCONI; LAKATOS, 2017). Regarding the level of depth, this research is exploratory in nature, since it seeks to analyze the issues addressed above, regarding black feminism in Brazil, in the light of the philosopher Djamila Ribeiro, through the study of the author's extension and works, culminating in the historical analysis of the country. Regarding the technical procedures, bibliographic and documentary means are analyzed. In this context, regarding the approach, this research is qualitative in nature, because there is a social analysis, mainly behavioral, using conceptual works. Finally, the methodological core of the work deals with a historical and anthropological analysis of gender intersectionality.

Keywords: black feminism; Gender; social pyramid; Brazil.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	6
1.1	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
1.2	JUSTIFICATIVA	7
1.3	OBJETIVOS	8
1.4	QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	9
1.5	HIPÓTESE	10
1.6	FONTES	10
2.	O QUE É O FEMINISMO E COMO ESSE MOVIMENTO SURTIU NO BRASIL?	11
3.	VISÃO DA MULHER NEGRA NO PERÍODO DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA	14
4.	FEMINISMO NEGRO CONTEMPORÂNEO E LUTAS NO PAÍS.....	16
5.	O QUE É O LUGAR DE FALA?	18
6.	CONCLUSÕES.....	24
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das lutas sociais contemporâneas, o feminismo emerge como um movimento crucial na busca por equidade e por justiça. Nesse interim, o feminismo negro se enquadra nessa secção e necessita ser observado com mais atenção. No Brasil, a construção da imagem feminina, sobretudo da mulher negra, esteve ligada a condições impostas pelo período colonial. Desse modo, uma análise da construção do feminismo, da imagem da mulher negra e da estrutura social no país se faz necessária para o entendimento sobre quem tem privilégios na sociedade e quem tem que buscar maior local de notoriedade.

Este artigo se propõe a explorar uma parte da história do feminismo negro e a analisar como esse tema foi versado, considerando as contribuições tanto acadêmicas, quanto sociais. Após realizar uma análise particular da obra *O Que É Lugar de Fala?*, de Djamila Ribeiro (2017), investigando como suas ideias têm sido fundamentais para desafiar estereótipos, para promover a inclusão e para redefinir os debates sobre igualdade e sobre justiça social, examinaremos como suas propostas teóricas têm inspirado práticas de resistência e de transformação social, bem como destacaremos a importância de reconhecer e de valorizar as vozes marginalizadas, ligando esse tema com pautas estruturantes sociais.

Constituindo paralelos entre o Brasil colonial e a luta de mulheres negras para um lugar de maior representatividade no país, com os discursos de Djamila Ribeiro e das autoras nas quais ela se baseia, como a visão particular de Amélia Teles (1993), buscamos compreender os fundamentos teóricos do feminismo negro, ampliar o entendimento sobre as complexidades das opressões enfrentadas pelas mulheres negras, bem como verificar as estratégias de empoderamento e de mobilização que emergem dessas análises. Dessa maneira, objetivamos entender a sociedade e proporcionar uma visão atual baseada na diferença de tratamento entre gêneros e raça que se portam na pirâmide social.

Em suma, este artigo visa contribuir para um aprofundamento crítico e reflexivo sobre pautas no Brasil contemporâneo, inspirado pela visão transformadora e comprometida de Djamila Ribeiro, na construção de um mundo mais justo e igualitário. Trata-se de um trabalho identitário e que fomenta a educação coletiva, o que resulta em ensinamentos históricos. Nesse âmbito, os principais questionamentos abordados são estes: “Qual é o local de fala de cada grupo na pirâmide social abordada por Djamila Ribeiro?”; “Qual é a diferença entre local de fala e representatividade?”; e “Como a estrutura colonial moldou uma estrutura social no Brasil?”.

1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Utilizada para a compreensão do feminismo uma das obras da revisão bibliográfica utilizadas é *Breve história do feminismo no Brasil*², de Maria Teles (1993), que traça um panorama da luta das mulheres no país desde as primeiras manifestações feministas até as conquistas contemporâneas. Verificamos, nessa obra, principalmente, o conceito de feminismo e o papel que mulheres negras desempenharam durante a análise da divisão do feminismo em ondas. Colhemos as principais figuras negras do período colonial dessa obra e observamos as intersecções com questões sociais e políticas.

Também, inclui-se a última obra de apoio para entendimento do trabalho de Ribeiro: *O Segundo Sexo – Fatos e Mitos*³ (1980), de Simone de Beauvoir. Esse texto é uma análise profunda da condição feminina na sociedade. A autora examina como as mulheres foram, historicamente, definidas como "o outro" em relação aos homens, abordando questões de opressão, de sexualidade e de identidade. Beauvoir desmistifica ideias preconcebidas sobre a natureza feminina, argumentando que as desigualdades de gênero são construções sociais.

1.2 JUSTIFICATIVA

O feminismo negro é pauta para estudos mais detalhados, porque trata-se de um assunto imprescindível, sendo de alta relevância social. Nesses termos, tal interseção entre raça, gênero e classe social deve ocupar um local de notoriedade e ser tratado com sensatez e, acima de tudo, com respeito. No contexto brasileiro, essa perspectiva é fundamental para compreender as diversas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras ao longo da história.

Djamila Ribeiro é uma destacada intelectual e ativista brasileira. A autora tem contribuído significativamente para a discussão do tema feminismo negro ao oferecer análises críticas que ampliam o entendimento sobre as dinâmicas de poder e sobre as estratégias de resistência das mulheres negras no campo político e no meio acadêmico. Nessa perspectiva, abordar o tema feminismo negro por meio de suas obras confere maior relevância acadêmica ao tema, além de ser de suma importância a compreensão e o estudo de suas obras devido às suas contribuições.

² TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense s. a., 1993.

³ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980;

O referencial abordado neste trabalho é fundamental para o debate contemporâneo sobre feminismos no Brasil, visto que são fornecidos conceitos fundamentais, como lugar de fala, interseccionalidade e epistemologias negras. Isso permite uma reflexão profunda sobre as experiências das mulheres negras e suas estratégias de enfrentamento das opressões estruturais, debatidas e destrinchadas neste artigo. Assim, justifica-se a escolha do objeto de análise, cujos preceitos não apenas desconstróem estereótipos e preconceitos, mas também oferecem ferramentas teóricas importantes para repensar as relações de poder na sociedade brasileira. Isso ocasiona uma impulsão para o repertório crítico sobre questões de gênero, de raça e de classe social, o que incentiva novas investigações e reflexões que dialoguem com as realidades contemporâneas das mulheres negras no Brasil e no mundo.

Este trabalho traz originalidade à medida que o objeto de análise é a obra de uma filósofa contemporânea, com um tema notório que é o feminismo negro, e porque está alicerçado com obras clássicas de Teles e Beauvoir. Nesse interim, a análise de conceitos e de abordagens é ainda mais impactante, porque retira das obras, por meio de uma leitura rica, pontos factuais, pontos sensíveis que, de outro modo, poderiam passar despercebidos.

Portanto, a elaboração de um estudo sobre o feminismo negro, ligado às ideias de Djamila Ribeiro, trata-se, também, de um apelo crucial para aprofundar nossa compreensão sobre as dinâmicas de poder, de resistência e de transformação social dentro do contexto brasileiro e global. Debruçamo-nos sobre esse objeto de estudo por meio de autores abordados por Ribeiro, como Angela Davies, Simone Beauvoir e Grada Kilomba, em aspecto mundial. E buscamos o enfoque na narrativa do país com autoras brasileiras, como Amélia Teles e Heleieth Saffioti.

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos gerais deste trabalho são: a) analisar a História do Feminismo Negro, tratar do contexto que mulheres negras vivenciaram para motivar a luta de classe e por buscar igualdade por direitos, principalmente, por motivos que tiveram início no período colonial; e b) compreender a interseccionalidade, de modo a examinar como raça, classe e gênero se entrelaçam na experiência das mulheres negras no Brasil, destacando as especificidades de suas lutas.

Além disso, este artigo contribui com alguns preceitos específicos listados a seguir: a) analisar a estrutura social brasileira e sua formação no país; b) compreender quem detém o poder de fala e se esse poder de fala representa a todos em um discurso conjunto; e c) verificar

as relações entre a estrutura social do país e a pirâmide social, com foco em analisar como uma influencia a outra.

1.4 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A referida pesquisa se insere no campo da História Social, aborda meios da etnografia histórica, além de fazer um estudo das estruturas sociais e principalmente da interseccionalidade de gênero, visto que as autoras Ribeiro e Teles abordam questões históricas relacionadas à escravidão, às lutas por direitos civis e à construção da identidade afro-brasileira ao longo dos séculos. Além disso, seus trabalhos também exploram a interseccionalidade de gênero e classe social, o que amplia a compreensão sobre as diversas formas de opressão e de resistência vivenciadas pelas mulheres negras no país.

Além disso, o campo de pesquisa também se pauta na História Cultural ao investigar como representações culturais, narrativas e identidades são construídas e como influenciam as experiências das mulheres negras. Com isso, conferimos um destaque para a importância da cultura na formação de identidades e na luta por visibilidade e reconhecimento.

A História Social é um campo de estudo que se concentra em como as sociedades evoluem ao longo do tempo, analisando questões como classe social, gênero, raça e outras dinâmicas sociais. Ela busca entender como os eventos históricos afetam a vida cotidiana das pessoas e as estruturas sociais, podendo também ter a perspectiva de grupos frequentemente marginalizados, utilizando fontes etnográficas e documentais para explorar a dinâmica entre cultura e história em um contexto mais amplo.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste na leitura e na análise de livros, de documentos e de demais fontes bibliográficas, selecionados tendo em vista a contemporaneidade do tema. O método utilizado é dedutivo, de conexão descendente, iniciando a abordagem pela teoria e pela norma rumo à sua concreção perante a ocorrência das hipóteses de aplicabilidade (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Foram feitos dois recortes temporais: final do período colonial (1800 a 1822) e meados dos anos 1960 aos dias atuais. Utilizamos parâmetros coloniais para analisar a estrutura da sociedade e de ações que fazem com que a ideologia feminina negra ganhe mais visibilidade em sua luta, isto é, fatos que a permearam ao longo do tempo. Desse modo, é possível tratar o novo (inovação no mundo) e entrelaçá-lo com fatos do passado que ainda têm influência nos tempos modernos, sem cometer anacronismo. Logo, é possível entender que a imagem que se

cria ao redor da imagem da mulher, principalmente a da mulher negra, não é algo novo; porém a desconstrução dessa imagem é um processo mais recente, e ainda está em construção.

1.5 HIPÓTESE

A hipótese deste trabalho é baseada em analisar pautas do feminismo negro no Brasil por meio da análise de obras historiográficas, livros e artigos acadêmicos, sendo essa tratativa fundamentada em pontos conceituais trazidos pela autora Djamila Ribeiro. Ela trata de pontos sensíveis ao feminismo negro, como a opressão estrutural enfrentada pelas mulheres negras, que desafia não apenas as normas dominantes de gênero, mas também as hierarquias raciais profundamente enraizadas na sociedade brasileira e os reflexos disso.

Dessa maneira, examinamos o contexto social situado por mulheres negras. Buscamos averiguar a evolução do feminismo negro no Brasil, destacando seus discursos e suas práticas, que desafiam a invisibilidade histórica e cultural das mulheres negras na formação do tecido social brasileiro, por meio das ideias de Ribeiro. Assim, complementando a explanação de conceitos utilizados pela autora e por figuras por ela buscadas para legitimar seu ponto de vista.

As questões a serem resolvidas (“Qual é o local de fala de cada grupo na pirâmide social abordada por Djamila Ribeiro?”; “Qual é a diferença entre local de fala e representatividade?”; e “Como a estrutura colonial moldou uma estrutura social no Brasil?”) são pautadas na hipótese de que a pirâmide social no país busca deslegitimar mulheres negras.

Este trabalho apresenta a análise das estratégias de resistência e das demandas por justiça social que são promovidas pelo movimento feminista negro durante anos de luta, o que revela não apenas a complexidade das interseccionalidades de raça, gênero e classe, mas também sua capacidade de transformação e de empoderamento das mulheres negras. Objetivamos, também, explicar como funciona as relações de poder e quem tem privilégios na estrutura social a fim de entender a hipótese de que o homem branco tem mais poder de ser ouvido, a qual é legitimada.

1.6 FONTES

Este artigo se debruça, principalmente, sobre a obra *O Que É Lugar de Fala?* (2017), de Djamila Ribeiro. A peculiaridade dessa obra se dá pela sua notoriedade. E, com base nela, realizamos a análise da estrutura social brasileira, buscando identificar o local social de cada

personagem brasileiro, principalmente, mulheres negras, para entender a ideia da luta social do feminismo negro.

O livro *O Que É Lugar de Fala?*⁴ foi publicado pela primeira vez em 2017, sendo a publicação pioneira de Ribeiro. Essa obra deu um importante impulso e ajudou a autora a se tornar uma referência importante nos debates sobre feminismo negro e sobre identidades raciais e sociais. A obra aborda a importância do reconhecimento das diferentes posições sociais e culturais com base nas quais as pessoas falam e são ouvidas na sociedade.

Essa fonte tem relevância social por ser um marco na vida da pesquisadora e feminista Djamila Ribeiro, ao impulsionar sua vida e outras obras. Esse livro iniciou a coleção *Feminismos Plurais*, lançada pela Editora Letramento. Desde então, a coleção superou o quantitativo de mais de 100 mil livros vendidos no país. Para além disso, o livro fez com que a autora ganhasse umandicação ao Prêmio Jabuti, em 2018, na categoria Humanidades.

2. O QUE É O FEMINISMO E COMO ESSE MOVIMENTO SURTIU NO BRASIL?

Para se criar um debate sobre o feminismo negro, é necessário, primeiramente, compreender o que é feminismo. Para isso, é necessário ter conhecimento da carga cultural e social que há por trás dessa palavra e reconhecer que há uma estrutura social. Essa estrutura está nivelada e ligada a relações sociais, de poder e de classe, que dão vida a esse conceito, isso significa que o meio propiciou que a palavra obtivesse legitimidade. Nesse contexto, Teles (1993, p. 10) conceitua o feminismo como:

uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas, como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas.

Ao considerar que a autora traz diversas estruturas, como classes, camadas sociais e diferentes grupos étnicos e culturais, é justificável sedimentar que o feminismo não possui uma única vertente, porque, de acordo com o contexto em que a pessoa está inserida na sociedade,

⁴ RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** – Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. Coleção *Feminismos Plurais*.

suas vivências e costumes, a pessoa pode interpretar as lutas femininas de outras formas. Entretanto, a opressão comum a todas é o que também irá fazer uma luta una.

A opressão é o que irá unir esse grupo, uma vez que trata de mulheres sofrendo por opressões que englobam a todas ou a um grupo da superestrutura. Uma opressão pode ser específica, como uma agressão verbal direcionada a uma mulher por ela ser mulher e negra (o que também se enquadra como racismo). No entanto, outras mulheres negras também podem ter passado por essa experiência e podem se identificar, tanto com a agressão quanto com a luta que pode vir a acontecer contra ações semelhantes.

O discurso adotado neste trabalho para falar sobre a história do feminismo no Brasil refere-se à linha que aborda ondas do feminismo. No Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX, período de república no Brasil, no pós-abolição. Esse início é chamado de primeira onda. Nesse período, as reivindicações eram voltadas às mulheres com um prestígio social maior, pleiteando assuntos que atendiam às suas necessidades. Nesse interim, outras mulheres poderiam ganhar direitos em virtude do pleito das mulheres que tinham maior prestígio, como foi a obtenção do direito ao voto e à vida pública. Nísia Floresta é personagem dessa onda, reconhecida na luta pela educação feminina. Segundo Anna (2013), Nísia teve papel ímpar, buscou lutar, também, por indígenas, negros, como descrito no conto *Passeio ao Aqueduto da Carioca*:

Em nosso entendimento, a posição antiescravista assumida por Nísia Floresta no conto revela um pouco do caráter abolicionista da autora, que rebatia com entusiasmo e erudição opiniões contrárias à libertação dos escravos. Tal aspecto, aliado à sua inteligência, a seu talento e postura de vida, fez dela uma mulher à frente de seu tempo, digna de ser lida, apreciada e estudada. (ANNA, 2013, p. 11)

Em 1922, surgiu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cujos objetivos foram o sufrágio feminino e o direito ao trabalho sem a autorização do marido. Nessa época, em termos de gênero, homens e mulheres não estavam no mesmo patamar de direitos e deveres. E havia a hierarquia familiar que, embora não abarque, necessariamente, o tema raça ou condição social, não deixa de ser outro ponto que vale a pena ser destacado, porque, na prática, poderia piorar ainda mais as condições das mulheres em virtude do patriarcado, conforme ressalta Venoza (2014, p. 16):

Os Códigos elaborados a partir do século XIX dedicaram normas sobre a família. Naquela época, a sociedade era eminentemente rural e patriarcal, guardando traços profundos da família da Antiguidade. A mulher dedicava-se aos afazeres domésticos e a lei não lhe conferia os mesmos direitos do homem. O marido era considerado o chefe, o administrador e o representante da sociedade conjugal. Nosso Código Civil de 1916 foi fruto direto dessa época.

A segunda onda situou-se em meados dos anos 1970, em um momento de crise da democracia. Nesse interim, segundo Pinto (2003), havia a participação de mulheres exiladas, em virtude da ditadura e da tensão no país, e de mulheres que ainda lutavam de dentro do país, a maioria era de militantes contra a ditadura. Isso serviu como uma oportunidade para as mulheres buscarem seus direitos por igualdade, entre eles estavam a valorização do trabalho da mulher e a garantia de segurança sexual. As primeiras manifestações referentes a esse período ocorreram em 1972.

O contexto de luta se intensificou durante o tempo de ditadura e textos de revistas, como a edição nº 1 do jornal *Maria Quitéria*, tentavam angariar a atenção com a manchete: “Por que nossa luta em favor da anistia?”. Nesse contexto, em 1975, formou-se o Movimento Feminino pela Anistia, até então, o feminismo no Brasil estava restrito a um grupo muito específico, intelectualizado e quase privado como confirma Pinto (2003).

Essa divisão por ondas do feminismo é uma estrutura também utilizada pela pensadora Ribeiro (2015), que também analisa a terceira onda. Os objetivos nesta última foram consertar, lapidar ideias que foram almejadas ou conquistadas pela segunda onda. Foi nesse cenário em que houve a divisão definitiva de secções feministas, pois, com as contestações, ficaram evidentes as definições essencialistas da feminilidade e suas integrantes, sendo estas mulheres brancas e de classe média-alta da sociedade. Isso foi um ensejo para que, no Brasil, o feminismo negro começasse a ganhar força no começo da década de 1980 para que mulheres negras tivessem mais voz.

Ribeiro (2005) traz a crítica de Judith Butler à tona, que o feminismo não deveria ser um movimento uno. Na formação do movimento do feminismo no país, houve uma rachadura nesse movimento, o que caracterizou a terceira onda. Assim, o movimento feminista criou ramos e subsecções, ou seja, pautas de lutas diferentes que buscavam melhorias e direitos a grupos sociais femininos diferentes, os quais melhor atendiam seus interesses. A crítica de Butler se desvencilha do conceito de feminismo proposto por Teles (1993), que pleiteava um

feminismo uno, e buscava a libertação das opressões masculina. Com o passar do tempo, o conceito de feminismo foi moldado para os interesses da sociedade.

3. VISÃO DA MULHER NEGRA NO PERÍODO DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA

Para dar legitimidade ao discurso apresentado e para justificar o enfoque ao feminismo negro atual, é importante ressaltar que as lutas para que mulheres pudessem obter direitos, atingindo comoção nacional, aconteceram no período do Brasil República. Nesse contexto, emerge a questão sobre qual contexto as mulheres negras do país estavam situadas no início do processo de colonização, compreendendo quais imagens lhes foram associadas.

O contexto colonial atribuiu características a mulher negra que ainda precisam ser desprendidas em muitos aspectos no contexto atual. Segundo Teles (1993), a divisão do trabalho por sexo fortaleceu o estigma opressor de sexo e de classe. Com a opressão de gênero e uma economia baseada em fortalecer o mais rico, há características que derivam disso. O machismo e a exploração econômica, culminados, ocasionaram a dominação patriarcal e de classe:

A mulher negra, em sua condição de escrava, transferiu diferentes valores; por um lado, reproduzindo a força de trabalho, e por outro, trabalhando nas tarefas domésticas a serviço dos colonizadores, nas casas dos senhores na cidade e no campo. (Teles, 1993, p.21)

Assim, um contexto foi criado, no qual mulheres negras eram associadas a tarefas domésticas, ao trabalho no campo e, também, à função de núcleo de manutenção da escravatura (em outras palavras: reprodutoras). Nesse período, houve, também, o apagamento da história da mulher, fato este que está associado a histórias relegadas da acessibilidade social, conforme afirma Teles. Caso não fosse possível tirar algumas figuras femininas importantes dos registros oficiais, como livros, em virtude da popularização dessas personagens, eram atribuídas as características pejorativas como prostituição e loucura, como forma de tentar associar a imagem delas a atos considerados falhos pela sociedade. Algumas personagens de resistência feminina que entraram para os registros oficiais foram Chica da Silva, Filipa Aranha, Teresa de Quariterê.

O fato de personagens que fogem do padrão imposto serem apagadas ou de haver a tentativa de modelar pessoas conforme o padrão, resultando em estigmas sociais para aqueles que não se enquadram no modelo, não se limita apenas ao Brasil e nem apenas ao período colonial. Um exemplo fora do país é o de Sojourner Truth, mencionado no livro *O Que É Lugar*

de Fala? (2017). Em 1851, ao participar da Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos EUA, ela não se via representada na figura feminina que era imposta a mulher pautada por patriarcas (estava ela fora dos padrões).

Até a colonização, só havia povos nativos nas terras brasileiras, mas no processo colonizatório, povos de outros continentes povoaram o país com o passar do tempo. As mulheres negras, nesse período, foram trazidas do continente africano para trabalharem nos serviços doméstico, na lavoura e, mais tarde, ainda no período colonial, na função reprodutora, enquanto o homem negro era trazido para força de trabalho braçal, ou seja, tarefas mais robustas lhes eram atribuídas.

Para dar legitimidade à visão apresentada acima, de que, muitas vezes, se coloca a mulher negra no último local de fala da estrutura social, como é abordado no livro da Djamila Ribeiro (2017), e para tratar do tema estrutura social, é apresentado, a seguir, o estigma da mulher negra sob a ótica de Saffioti:

Na medida em que a exploração econômica da escrava, consideravelmente mais elevada que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho, se fazia também através de seu sexo, a mulher escrava se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar. (Saffioti, 1976, p. 90)

Para enfatizar a estrutura adotada no período colonial, é importante ressaltar que, segundo Saffioti (1976, p.172), “o período colonial brasileiro apresenta uma configuração exótica, na qual podem ser identificados traços das estruturas feudais europeias, da estrutura patrimonialista que se desenvolvia na época, e a exploração da mão-de-obra escrava”. Isto é, trata-se de uma estrutura escravocrata com modelo igual ao europeu, porque o país que colonizou o Brasil foi Portugal, um país europeu. Desse modo, a mão de obra escravizada deu conjuntura ao desenvolvimento da propriedade privada.

A visão apresentada neste tópico é importante para entender melhor a escrita de Djamila Ribeiro no livro *O Que É Lugar de Fala?*, visto que a pertinência que cada voz tem também passa pelo meio cultural, social e econômico. Compreender o contexto colonial no país é um processo fundamental que leva à compreensão da obra de Ribeiro, porque esse contexto demonstra a luta que mulheres negras precisam enfrentar constantemente para se desprenderem

de imagens que a elas foram associadas, juntamente com o processo de apagamento da História, algo imposto e que está emaranhado na sociedade brasileira.

4. FEMINISMO NEGRO CONTEMPORÂNEO E LUTAS NO PAÍS

O intuito deste tópico é abordar quais valores, lutas e questões o feminismo negro no país reivindica. Autoras como Lélia Gonzales e Djamila Ribeiro defendem que o feminismo negro é uma pauta que deve haver uma valorização diferente da ideia de Maria Teles, que busca uma pauta única. Tais defesas de opinião se valem em experiências e em buscas de representatividade. Assim, a explicitação de fatos contemporâneos pode ser preponderante para o entendimento de como a falta de representatividade faz com que esse movimento tome cada vez mais força.

Essa é pauta muito atual, como mostram os dados do “Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens - 2º Semestre 2024”, publicado em agosto, em uma composição de análise qualitativa, com 190 trabalhadores (50% homens e 50% mulheres). Nesse estudo, observou-se que 38,9% de mulheres não negras estão empregadas e apenas 11,1% de mulheres negras têm emprego. Em relação aos resultados dos participantes homens, 40% de homens não negros empregados e somente 10% de homens negros têm emprego. Dados como esses compactuam com algumas das assertivas do movimento feminista e do feminismo negro: a luta pela igualdade e pela igualdade no mercado de trabalho, não somente inclusão em empresas, mas também em meio de poder. Além disso, mesmo isolando a questão de gênero na análise desses dados, a questão de raça ainda é desigual tanto para homens quanto para mulheres no mercado de trabalho.

Um panfleto apresentado no livro de Gonzalez traz as dificuldades e as lutas enfrentadas por movimentos sociais negros. Entre várias reivindicações, há a luta contra a violência, o sexismo, a discriminação sexual, o racismo e a discriminação sexual, bem como há reivindicações quanto à estruturação econômica:

Somos um Coletivo: não aceitamos que a arbitrariedade de uma hierarquia autoritária determine nossas decisões, mas que elas sejam o resultado de discussões democráticas. Somos um Coletivo de Mulheres porque lutamos contra todas as formas de violência, ou seja, lutamos contra o sexismo e a discriminação sexual. Somos um Coletivo de Mulheres Negras: além do sexismo, lutamos contra o racismo e a discriminação racial que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira [...]. Nosso

objetivo é trabalhar com as mulheres negras de baixa renda (mais de oitenta por cento das trabalhadoras negras), que vivem principalmente nas favelas e nos bairros de periferia. E por quê? Porque são discriminadas pelo fato de serem mulheres, negras e pobres. (Gonzalez, 2020, p.96)

Essas lutas são diárias, as reivindicações que estão acima são de pautas, de casos que acontecem todos os dias, principalmente, nas camadas mais baixas, mais marginalizadas. A autora Ribeiro (2018), na obra *Quem tem medo do feminismo negro?*, traz à tona alguns casos à medida que traça um comparativo entre um caso específico e outro, denunciando a diferença de tratamento entre cada um. Um caso é o da torcedora que cometeu racismo contra o goleiro Aranha (na época no Grêmio), esse fato teve repercussão e teve acesso a ampla defesa e contraditório, muito em virtude da sua cor. No entanto, no caso seguinte, o cenário foi diferente:

Quem ficou com pena e deu espaço a Angélica Aparecida Souza, que em 16 de novembro de 2005 foi presa por roubar um pote de margarina? Quem fez moção de apoio a ela; quantas apresentadoras a levaram aos seus programas? Angélica passou 128 dias na cadeia de Pinheiros e por quatro vezes teve o pedido de liberdade provisória negado. Foi condenada a quatro anos de prisão em regime semiaberto por roubar um pote de margarina porque não aguentava mais ver seu filho, então com dois anos, passar necessidade. (ribeiro,2018, p.24)

Valores na sociedade muitas vezes são invertidos, havendo diferença, muito em virtude de fator econômico, social e conjuntural. No caso citado acima, o furto famélico, que exclui a culpabilidade, foi ignorado, ignorando, também, a ampla defesa e o contraditório, enquanto um crime de discriminação foi tratado de modo menos oneroso. Assim, inferimos que crimes contra a propriedade, como no caso de Angélica, são mais notórios e causam maior clamor à mídia e às pessoas do que crimes contra a humanidade.

Por outro lado, difundir conhecimento ajuda na educação judiciária e da sociedade. A própria Djamila Ribeiro influenciou em uma decisão judicial, em setembro de 2024. Como fruto da reivindicação social de pessoas que tem pautas do feminismo negro, duas meninas foram condenadas a ler o livro “Pequeno manual antirracista”. O processo tramita em segredo de justiça, mas é possível ter acesso a algumas informações por um trecho da matéria de Migalhas (2024):

A juíza de Direito Vanessa de Oliveira Cavalieri, da vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro/RJ, determinou que duas adolescentes,

responsáveis por criar e divulgar um vídeo ofensivo contra uma colega de escola em uma rede social, prestem serviços comunitários e leiam livro antirracista. (Migalhas, 2024)

Embora o feminismo negro esteja longe de atingir todas as pautas que pleiteia no país, personagens e ações elaboradas por cada um no dia a dia ajudam a disseminar informação. Nesse interim, esse movimento de luta, ao realizar cada ato, está caminhando em direção a mudanças na sociedade.

5. O QUE É O LUGAR DE FALA?

A primeira obra não acadêmica publicada por Ribeiro se encaixa nos moldes deste trabalho, visto que seu desenrolar aborda o estruturalismo racial, que é o principal tema em questão. Nela, é possível analisar a construção do discurso da autora, que busca, historicamente e em uma análise social, dar legitimidade à sua fala por meio de observações. Na escrita do seu livro, há uma forte influência do pensamento da filósofa francesa Simone de Beauvoir na apresentação de ideias.

Para reafirmar toda a estrutura que foi mencionada nos capítulos anteriores deste texto sobre o feminismo, o feminismo negro e como a mulher negra teve sua construção social no Brasil, desatamos o pensamento de Ribeiro, destrinchando-o de forma elaborada ao analisar o sistema patriarcal e seus privilégios. Os preceitos desse sistema ditam a forma que personagens são rotulados ao longo da história conforme argumenta Ribeiro (2017):

Quem possuiu o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento (Ribeiro, 2017, p. 16).

Essa passagem, ao mesmo tempo que é completa, também é muito complexa. Nesse contexto, identifica-se que a branquitude estruturou a vida das pessoas, colocando posições e rótulos em personagens e definindo quem está no topo da pirâmide social e quem está abaixo. Tais fatos resultaram num modelo europeu a ser seguido, determinante de um privilégio social.

O que deriva dessa hierarquização influencia estreitamente o regime de autorização discursiva, a saber, quem detém privilégios tem maior poder e mais chances de ter seu discurso

legitimado, e para além disso, quem detém poder também pode apagar ou reprimir personagens e outras experiências, ainda que não seja aceitável de forma moral; é um ato que acontece, durante a história, com personagens já elencados como Chica da Silva no Brasil.

Analisar a branquitude requer compreender a ideia de que o processo colonizatório foi preponderante para definir quem teria poder e privilégios, visto que o colonizador europeu, ao perceber pessoas com as quais não se identificava, ou seja, que não eram seus semelhantes, vulgo “o outro”, estruturou a distinção entre o seu diferente e o seu igual. Logo, foi estabelecido um modo de superioridade como forma de poder, mesmo que a busca pela dominação não fosse concretizada em situações. Segundo Silvério,

O encontro com o ‘outro’ (denominado índio, escravo, preto, negro, nomenclaturas essas estabelecidas para justificar sua desumanidade, invisibilidade e coisificação), não incluído como membro social, permitiu aos colonizadores anglo-europeus perceberem a branquitude como uma representação de identidade e ponto de referência para legitimar a distinção e a superioridade, assegurando assim sua posição de privilégio. (Silvério, 2002, p. 241)

A definição da passagem acima, embora trate da condição racial e da situação de estranhamento com o outro, não aborda a questão do gênero. Nesse contexto, caso não houvesse distinção de gênero, o homem e a mulher branca europeia estariam no mesmo patamar de poder. Contudo, “o outro” não está só intrinsecamente ligado à raça, mas ao gênero também. Simone Beauvoir (1980, p.166) afirma que “Mas não é a mulher ela própria que o homem dirige apelo, é a sociedade dos homens que permite a cada um de seus membros realizar-se como esposo e como pai; integrada como escrava ou vassala”.

Beauvoir aborda a distinção de gênero e analisar analisando em cima do trecho de Silvério traz maior legitimidade ao discutir a figura do “outro”, sendo importante ressaltar que a figura feminina também está dentro do “outro”. Como Ribeiro se utiliza da dialética de Simone Beauvoir, a pirâmide social exposta traz um modo de estruturação social. Nesse interim, a autora Beauvoir (1980) traz a condição da mulher sendo “o outro” como uma existência inautêntica, isto é, como um projeto de vida que não é pensada pelo próprio sujeito, mas sim pela estrutura social imposta a ele, assim sendo um modo de vida (estrutura) que é apresentado a partir de uma outra referência em relação ao sujeito absoluto (o homem branco) e o outro (por não ser o sujeito) como objeto. Essa relação é trazida como um conceito base para a

objetificação. Segundo Simone de Beauvoir (1980, p. 22), "A mulher é o outro na sociedade patriarcal, reduzida a objeto do olhar masculino". Já que não pode atingir o *status* de sujeito absoluto, a mulher acaba sendo tratada como objeto. Concluimos, então, que a mulher, por não ser homem, é o “outro” e a mulher negra, por não ser nem homem nem branca, é o “outro do outro”, ou seja, o gênero feminino é deslocado duas vezes, conforme a ideia da escritora Grada Kilomba (2012), que também se utiliza da análise do outro.

Cada personagem que foge do modelo perfeito da visão da branquitude é tratado com represália ou com um olhar de inferioridade por quem detém privilégio na estrutura, que está num degrau mais alto. Surgem, desse modo, maneiras como o apagamento ou a tentativa de esquecimento, sendo alternativas de diminuição de personagens que contrariam a pirâmide social. Não somente isso, racismo e sexismo – ações deploráveis – também culminam nessa represália e, quanto mais o personagem seja considerado o “outro”, maior é o desdém, a exemplo, a mulher negra, situada como o “outro do outro”. Nesse sentido, Gonzales afirma (1994) que

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (Gonzales, 1994, p. 224)

Para romper certos preceitos ligados ao sistema de dominação imposto pelo sistema patriarcal e de branquitude, Djamila Ribeiro (2017, p.18) afirma que “Seria preciso, então, desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina cis e heteronormativa e debater como as identidades foram construídas nesses contextos”. Para além disso, também é necessário romper com algumas imagens que ficaram ligadas desde o período colonizatório, como a sexualização da mulher negra. Obras que são importantes para o estudo da historiografia brasileira, como *Casa-Grande e Senzala*, também ajudaram a difundir e explicar essa construção ligada ao corpo, mesmo que seja uma imagem abordada no contexto histórico inserido. Atualmente, o ensino de história e de sociologia pode usar análises sobre obras de época para ajudar a desconstruir preceitos que foram fomentados durante anos.

A autora Ribeiro, na obra *O Que É Lugar de Fala?*, se debruça, também, sobre o pensamento da autora Bell Hooks e busca tratar sobre como o ideário de mulheres negras foi construído ligando as mulheres ao corpo e não ao seu modo de pensar, não ao que elas tinham

para oferecer perante sua individualidade e figura, e como esse ideário foi enquadrado num contexto racista, sempre estando ligado a tarefas domésticas e reprodutoras.

A noção de que um modo de pensar sobre as mulheres ou criação de discursos sobre elas ligados ao corpo está entrelaçada com o discurso de subordinação e de dominação em relação ao homem. Ribeiro (2017) menciona esse pensamento, ao qual é dada legitimidade por Beauvoir (1980). Ao haver modos de encurralamento de ideias ou de posições hierárquicas de privilégio, são utilizados modos de diminuir o oprimido, buscando características que são atribuídas a mulheres de maneiras pejorativas, corpo como objeto de represália é uma delas, e modos de assédio moral configuram o modo de dominação e subordinação.

Há pontos de marginalização que a colonização deixou, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo: a opressão da mulher negra está atrelada a ofensas no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, gênero e raça são associados a afazeres domésticos. Segundo afirma Carneiro 2003,

Luiza Barros usa como paradigma a imagem da empregada doméstica como elemento de análise da condição de marginalização da mulher negra e, a partir dela, busca encontrar especificidades capazes de rearticular os pontos colocados pela feminista norte-americana. Conclui, então, que “essa marginalidade peculiar é o que estimula um ponto de vista especial da mulher negra, (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologia do grupo dominante. (Carneiro, 2003, p. 4)

Ribeiro utiliza a estrutura social, que dá para explicar a estrutura do país e é objeto de análise neste capítulo, como base para discutir e concretizar em termos de construção teórica, na busca epistemológica pelo que é o lugar de fala na obra em análise. Nesse contexto, fundamentada no pensamento de Beauvoir e de Grada Kilomba, Ribeiro (2017) afirma que

É muito importante perceber que homens negros são vítimas do racismo e, inclusive, estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social. Trazer à tona essas identidades passa a ser uma questão prioritária. Em sua análise, ao não universalizar nem a categoria mulher e nem a homem, Kilomba cumpre esse papel. (Ribeiro, 2017, p. 24)

Nesse trecho, a autora detalha figuras e suas posições, sendo destacados o segundo e o terceiro personagens da pirâmide social. Tal pirâmide tem um personagem modelo. No seu topo, o homem branco, outrora abordado como sujeito absoluto – na análise de Beauvoir, como

o homem europeu – é, numa análise brasileira, o homem branco detentor de poder. Caso fizessem um paralelo com o Brasil, homens que se beneficiaram da colonização poderiam ser englobados nessa imagem de sujeito algoz.

Nesse interim, é dada a condição da mulher como um decalque, sendo o “outro”, uma cópia imperfeita desse modelo que é legitimado, como sendo um modelo perfeito de ser humano, o modelo postulado universal. Isso está completamente ligado a um dos motivos de como o feminismo precisa e busca ações e práticas para que hajam igualdade e reparação, bem como está ligado a um acompanhamento histórico que lhe determinou um local na sociedade.

Segundo Lorde (2019), “É tradição, na sociedade americana, esperar que os membros dos grupos oprimidos e objetificados se desdobrem para superar a distância entre as realidades da nossa vida e a consciência do nosso opressor”. A pensadora está abordando o meio em que ela viveu, o norte-americano, entretanto tal citação pode ser utilizada facilmente no contexto brasileiro.

Sobre o posicionamento na pirâmide social, há o homem branco no topo, seguido da mulher branca, e o homem negro em terceiro. O viés de análise coloca a mulher branca acima do homem negro, por causa da cor, isso quer dizer que a branquitude tem uma relação de poder maior. Logo, o homem negro está em decalque por ser negro, está abaixo da mulher branca, em virtude da raça, o que configura o racismo. Por fim, a parte mais difícil se encontra na parte mais baixa da pirâmide, pois é o “outro”, por ser mulher, e o “outro”, por ser negra. Assim, é “o outro no outro” nessa hierarquia social.

Para tratar, especificamente, sobre o lugar de fala, a autora trata sobre o regime de autorização discursiva que rompe uma autorização exclusiva de quem é permitido falar, ou seja, de quem tem mais legitimidade para ser escutado. Nessa discussão, compreende-se que a represália à mulher negra e a falta de legitimidade nesse regime de autorização discursiva se dá por estar na parte mais baixa da pirâmide.

A estrutura do imaginário social dita quem produz conhecimentos e quem tem, no sentido de produzir narrativa, autorização discursiva. Assim, por ordem, estando no topo o homem branco, seguido da mulher branca, são o homem negro e a mulher negra que precisam atravessar essa autorização discursiva e apresentar outras categorias de análise do pensamento e da realidade social. Quanto a isso, Ribeiro (2017) argumenta:

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que quando utilizarmos a palavra discurso no decorrer do livro e a importância de se interromper com o regime de autorização discursiva, estamos nos referindo à noção foucaultiana de discurso. Ou seja, de não pensar discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle. (Ribeiro, 2017, p. 55)

Em outras palavras, para a mulher negra ter controle, integridade, legitimidade em suas ações, ela precisa romper com o regime de autorização discursiva. Para quebrar esse regime, tem que mexer com toda a pirâmide social, logo precisa acabar com a base de valores para obter sucesso e, desse modo, ter mais voz.

Nesse contexto apresentado, pela composição da estrutura social, surge a dualidade entre lugar social e lugar de fala. A principal diferença é que lugar social não é algo individualizado e não é algo que diz respeito à pessoa ou às experiências individuais, porém é algo que se refere a uma localização social, é sobre qual posição social a pessoa está na pirâmide. Então, toda vez que uma pessoa fala, essa pessoa tem que estar, intrinsecamente, relacionada à posição de onde ela fala, trata-se, portanto de um lugar social dentro dessa pirâmide social.

A autora Ribeiro (2017), em uma citação proveniente do livro *Dossiê Mulheres Negras: Retrato das Condições de Vida das Mulheres Negras no Brasil*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2013, aborda que todos têm lugar de fala, porém a legitimidade do discurso não será definida pelo autor do discurso, mas, sim, pela legitimidade que o entrecruzamento desse discurso provoca:

O foco do feminismo negro é salientar a diversidade de experiências tanto de mulheres quanto de homens e os diferentes pontos de vista possíveis de análise de um fenômeno, bem como marcar o lugar de fala de quem a propõe. Patrícia Hill Collins é uma das principais autoras do que é denominado de feminist standpoint. Em sua análise, Collins (1990) lança mão do conceito de matriz de dominação para pensar a intersecção das desigualdades, na qual a mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições, a depender de suas características. Assim, o elemento representativo das experiências das diferentes formas de ser mulher estaria assentado no entrecruzamento entre

gênero, raça, classe, geração, sem predominância de algum elemento sobre outro. (Sotero, 2013, p. 36.)

Ao abordar o lugar de fala como lugar social, é importante fazer uma fragmentação, visto que ele é constituído de duas dimensões, sento elas o ponto de vista e o ponto de partida. O ponto de vista é retratado quando se quebra a visão universal, ou seja, um fenômeno tem mais de uma experiência, e, segundo a pirâmide social, há quatro pontos de vista que podem ser vistos pelos quatro personagens já abordados da pirâmide. Essa condição subentende que fatos têm pontos de vistas diferenciados de acordo com as suas experiências.

Já o ponto de partida de experiências que aborda os pontos de vistas que tratam sobre intersecção, isto é, entrelaçamentos de condições sociais em grupos. A exemplificar, é tido que a característica que une a mulher negra e o homem negro é a cor, a característica que une a mulher branca e a mulher negra é o gênero, logo similaridades de experiências individuais unem pessoas e grupos sociais.

Em relação aos conceitos de lugar de fala e de representatividade. Este último é quando uma pessoa representa um grupo, um segmento, uma causa com suas ações, tem voz por esse grupo. Já lugar de fala refere-se à identificação individual na pirâmide social, nesse conceito, se analisa o contexto histórico em que o gênero e a condição social fundamentam, historicamente, a experiência individualizada. Todos têm local de fala, mas nem todos vão se sentir representados com essa fala, a depender de suas experiências.

6. CONCLUSÕES

O referido artigo oferece uma análise profunda e necessária sobre o feminismo negro no Brasil, o qual é de suma importância e serve para destacar o processo de construção e de constante evolução de mulheres negras, que se encontram na luta por igualdade e justiça social. A referida pesquisa é um leque que aborda interseccionalidade de raça, gênero e classe, evidenciando como essas dimensões se entrelaçam na formação da estrutura social brasileira.

Por meio da revisão de obras clássicas e contemporâneas, sobretudo, como as de Djamila Ribeiro, Maria Teles e Simone de Beauvoir, buscamos desmistificar a invisibilidade histórica das mulheres negras. O estudo não apenas contribui para a compreensão das dinâmicas de poder e resistência, mas também enfatiza a necessidade de um espaço de fala para esses grupos marginalizados, porque dá mais notoriedade a uma possível transformação social no país.

No artigo, é possível responder as indagações iniciais, visto que o local de fala de cada grupo na pirâmide social, analisado em cima da fonte de Ribeiro (2017), tem relação com experiências e posições sociais. A pirâmide social é composta por diferentes camadas, em que cada grupo possui um local de fala que é influenciado por fatores como raça, gênero e classe. Assim, as mulheres negras ocupam uma posição que, frequentemente, as tornam invisíveis e deslegitimadas em suas vozes, devido à intersecção de opressões que elas enfrentam.

Por outro lado, homens brancos geralmente têm mais poder e legitimidade em suas falas, refletindo uma estrutura social que favorece suas experiências e perspectivas. O artigo busca entender como essas dinâmicas de poder e de representatividade se manifestam, destacando que todos têm um local de fala, mas a legitimidade desse discurso é determinada pelo contexto social e histórico em que se insere.

Existe uma distinção entre local de fala e representatividade, porque o primeiro refere-se à posição social e histórica pela qual uma pessoa fala, considerando suas experiências individuais e coletivas. Todos têm um local de fala, porém a legitimidade desse discurso varia conforme a posição social da pessoa na pirâmide social. O local de fala está intrinsecamente ligado às condições sociais e às intersecções de raça, gênero e classe.

A representatividade trata da capacidade de uma pessoa ou grupo representar outro grupo ou segmento social em suas ações e discursos. A representatividade implica que alguém tenha a voz e a autoridade para falar em nome de um grupo, o que nem sempre é garantido, especialmente para grupos marginalizados.

A estrutura colonial moldou a estrutura social no Brasil várias maneiras, conforme apresentado neste trabalho, por meio da exploração econômica e da criação de estigmas em cima das mulheres, sobretudo, das mulheres negras, conferindo-lhes uma carga social maior. Além disso, estruturas de poder foram estabelecidas. Nesse contexto, relações de gênero e raça, foram moldadas e as mulheres negras enfrentaram uma dupla opressão, tanto por serem mulheres quanto por serem negras. Por fim, o processo de apagamento da história da mulher negra e o papel de quem tinha legitimidade no discurso foi gerado, fruto da estrutura colonial.

A hipótese deste artigo foi confirmada, a qual se baseava na análise das características do feminismo negro no Brasil, abordando a opressão estrutural enfrentada pelas mulheres negras e como isso desafia as normas dominantes de gênero e as hierarquias raciais. Neste artigo, foi feita uma conexão entre o contexto colonial e a estrutura social atual, mostrando que as desigualdades e estigmas associados às mulheres negras têm raízes históricas profundas, que ainda influenciam a sociedade contemporânea.

Portanto, a hipótese foi confirmada ao demonstrar que o feminismo negro no Brasil é uma resposta necessária às opressões estruturais, enfrentadas pelas mulheres negras, e que suas lutas são fundamentais para desafiar as normas sociais e promover uma sociedade mais justa e igualitária. Ademais, a desconstrução de preceitos alinhados ao processo de colonização é de suma importância para a evolução da sociedade brasileira.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos – apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Polém.2019
- ANNA, Benedita de Cássia Lima Sant'. **o Brasil ilustrado (1855-1856) e a colaboração de Nísia Floresta: considerações**. Miscelânea, Assis, v. 14, p. 183-196, jul.–dez. 2013.ISSN 1984 2899. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/217/213>. Acesso em: 20 agosto.2024
- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2005;
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980;
- BURKE, PETER. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. P. 192
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; n. 1. Não discriminação).
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016;
- DIEESE** - material institucional - Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens - 2o Semestre 2024 - setembro/2024. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/2024/relatorioTransparencia2Semestre2024.html>>. Acesso em: 1 out. 2024.
- DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. tempo, v.12, n. 23, 2007.
- DOMINGUES, Petronio José. **Uma História não contada: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 25 jun. 2024
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- Freyre, Gilberto (1995). **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record.
- GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar.

- HEMMINGS, Clare. **Contando estórias feministas**. Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 1, p. 215-241, jan./abr., 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/tcFB8v>>. Acesso em: 21 set. 2017
- HOOKS, bell. **“Intelectuais negras”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.
- KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 25 de julho. 2024.
- LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 141-154
- MANUAL. **Juíza condena jovens a lerem manual antirracista após ofensas a colega - Migalhas**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/415659/juiza-condena-jovens-a-lerem-manual-antirracista-apos-ofensas-a-colega>>. Acesso em: 1 out. 2024.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003
- GONZALES, Lelia, **RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA**, In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, DJAMILA. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política**. 2015, Tese (pós graduação em filosofia). Universidade Federal de São Paulo Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Programa
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976
- SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, Mariana Mazzini ... [et al.]. **Dossiê Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. p. 35-52. Disponível em: <<https://goo.gl/P7nmii>>. Acesso em: 20 set. 2024.
- SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, novembro/2002
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense s. a., 1993.
- VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 14ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

FONTE

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** -- Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. Coleção Feminismos Plurais.